

DIFERENÇA E PROGRESSO:

A TIPOLOGIA TRADICIONAL/MODERNO NA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

RUI PENA PIRES*

É possível afirmar, sem grandes riscos, que a construção de tipologias sobre as diferenças entre desenvolvimento e subdesenvolvimento constitui um momento central na elaboração teórica em sociologia do desenvolvimento. E isto porque, apesar da multiplicidade de orientações teóricas e de tradições de pesquisa, o que especifica aquele ramo da sociologia é uma forma particular de interpretação das diferenças sócio-culturais observáveis no mundo contemporâneo.

Grosso modo, as várias tipologias construídas para dar conta do sentido de tais diferenças podem ser reagrupadas em dois grupos ancorados em linhas distintas de problematização do subdesenvolvimento: como estado de atraso no processo de evolução geral das sociedades ou como situação dependente no contexto do sistema capitalista mundial.

Neste texto propomo-nos apresentar e discutir as tipologias baseadas na dicotomia tradicional/moderno, dicotomia que constitui, para as abordagens ancoradas na problemática do atraso, o instrumento fundamental de delimitação do campo de visibilidade dos fenómenos do subdesenvolvimento.

1. A PROBLEMÁTICA DO ATRASO

A problemática do atraso constitui o núcleo comum de um vasto e multifacetado conjunto de procedimentos analíticos e produtos sociológicos habitualmente reunidos sob a designação de «Teorias da Modernização»¹.

Consiste aquela problemática numa estratégia específica de interpretação das diferenças sócio-culturais observáveis no mundo contemporâneo, diferenças essas imputadas a graus variados de realização do processo de evolução geral das sociedades. A esta linha de problematização está associada a construção de tipologias das formas sociais assentes na clássica dicotomia tradicional/moderno. Neste contexto, o subdesenvolvimento é ex-

* Docente do ISCTE e investigador do CIES.

plicado, nos primeiros textos sobre a modernização, como o resultado da persistência, numa determinada sociedade, de valores, mentalidades, normas, estruturas, instituições e/ou organizações de tipo tradicional. Por sua vez, o desenvolvimento é concebido como um processo de modernização, ou seja, como a aquisição, por parte das sociedades subdesenvolvidas, das características das sociedades modernas. Neste sentido, muito geral, as características da modernidade são consideradas como factores de modernização e as formas tradicionais como obstáculos à tradição para uma fase evolutiva superior.

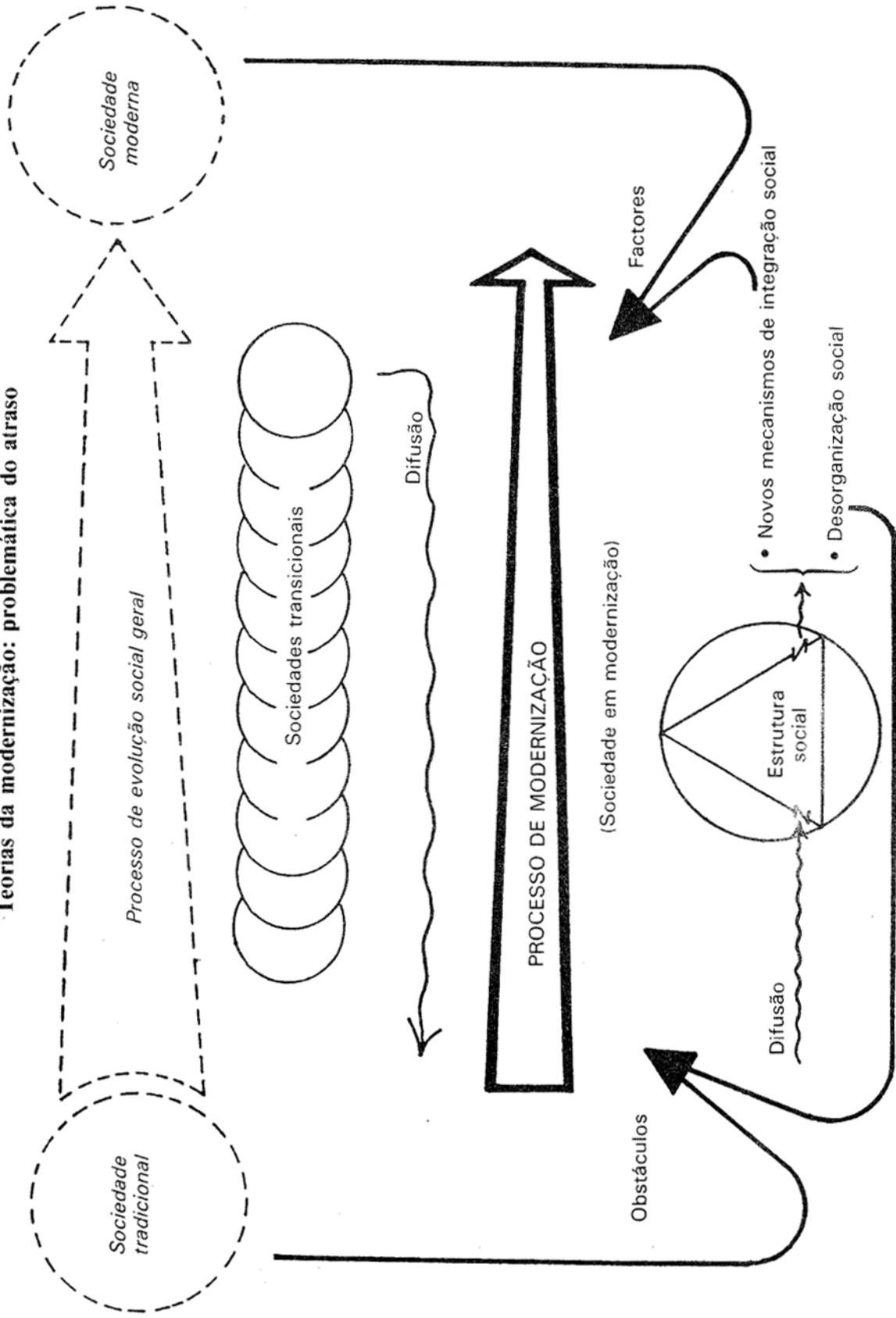
Salientem-se, desde já, dois tipos de procedimentos implicados numa tal estratégia de conceptualização. Em primeiro lugar, ao conceber-se a diferença entre sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, num mesmo momento temporal como uma diferença de grau de evolução, transforma-se a série coexistente observável numa série consecutiva, procedimento este com raízes profundas na tradição intelectual europeia e que para alguns autores (Bock, 1978), constitui o cerne das perspectivas evolucionistas. Em segundo lugar, identifica-se sob a designação de «sociedade» a unidade de análise privilegiada, termo esse que, no fundamental, é utilizado enquanto sinónimo de comunidade política com uma base territorial bem delimitada e institucionalmente unificada. No seu conjunto, estes dois procedimentos configuram a abordagem dos fenómenos do subdesenvolvimento com base numa perspectiva analítica na qual a mudança social é entendida como um processo essencialmente endógeno.

Convirá ainda salientar, nesta apresentação sumária do que designamos por problemática do atraso, a importante influência do estruturo-funcionalismo norte-americano, com especial e particular relevância na forma como é abordado o estudo dos processos de modernização das sociedades subdesenvolvidas². De facto, a maioria dos autores desta corrente procedem à abordagem daqueles processos com base na problemática dos «imperativos funcionais de reprodução da estrutura social». É então sustentado que, no decurso da transição para a modernidade, só haverá um progresso evolutivo continuado se for assegurada a criação de novos mecanismos de integração social, isto é, se houver um desenvolvimento de formas institucionais capazes de «absorver», continuamente, as transformações sociais diversas inerentes ao processo de modernização. Nos casos em que tal não ocorra o desenvolvimento poderá desembocar em situações de colapso ou regressão³.

Assim sendo, a designação inicial de subdesenvolvimento, acima enunciada, pode agora ser objecto de complexificação. O subdesenvolvimento será não só o resultado da persistência de características da ordem tradicional, mas também a consequência da eventual ocorrência de processos de mudança desviante. Porém, com esta especificação não é introduzida uma alternativa à conceptualização do subdesenvolvimento como atraso, pois os referidos processos de mudança desviante caracterizam-se pelo não desenvolvimento de tipos evolutivos superiores de integração social.

FIGURA 1

Teorias da modernização: problemática do atraso



2. A TIPOLOGIA TRADICIONAL/MODERNO

2.1 Formulações clássicas

A tipologia tradicional/moderno constitui, no âmbito das Teorias da Modernização, o instrumento analítico fundamental para qualificar as diferenças sócio-culturais entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Sociedade moderna e sociedade tradicional são definidas com base na construção de duas listas de atributos mutuamente exclusivos, sendo aquelas concebidas como sistemas de variáveis interrelacionadas cuja selecção resulta da construção de um ideal-tipo e não de generalizações empíricas (Bendix, 1967; Gusfied, 1967). Trata-se, pois, de uma tipologia definidora de dicotomias polares, do género da distinção «comunidade/sociedade» estabelecida por Tonnies (1887)⁴.

Os contornos daquelas dicotomias foram profundamente marcados pela influência de Talcott Parsons. Desta forma, uma das primeiras e mais conhecidas versões da tipologia tradicional/moderno, que tinha como objectivo operar a distinção entre sociedades industrializadas e não industrializadas em função dos tipos de comportamento relevantes do ponto de vista económico, teve como base a utilização, por Hoselitz, do modelo parsoniano das variáveis-padrão. No entanto, mais importante que o uso daquele modelo foi a adopção da tese de Parsons segundo a qual os elementos constitutivos de cada um dos pólos definidos pela tipologia formam um sistema interdependente de variáveis permitindo identificar os factores sociais estruturadores da multiplicidade de diferenças entre sociedades empiricamente observáveis (Figueiredo e Costa, 1982). Esta concepção, sobre os conteúdos e estatuto explicativo da tipologia, foi dominante na maioria da produção dos teóricos da modernização, mesmo quando as variáveis-padrão, definidas por Parsons, tiveram menos importância no estabelecimento de contrastes que a que lhe foi conferida por Hoselitz. Pode dizer-se ter sido aquela concepção que esteve na base da escolha do problema da identificação das variáveis críticas do desenvolvimento como uma questão central para a pesquisa no âmbito das Teorias da Modernização. Na realidade, à ideia segundo a qual as características da modernidade constituíam um sistema interdependente de variáveis estava associada a suposição de que existia uma «quase total co-variância dos ritmos de mudança nos diferentes domínios institucionais» e de que, conseqüentemente, uma vez desencadeado um processo de transformação num desses domínios se processariam reacções em cadeia alterando o conjunto da estrutura social (Eisenstadt e Currelaru, 1977:24-25): Era, por isso, fundamental identificar os pontos críticos para o início do processo de modernização, isto é, identificar as «variáveis independentes que, uma vez alteradas, iriam provocar mudanças nas variáveis com elas relacionadas, mas dependentes, no processo de transição de um tipo para o outro» (Bendix, 1967:308).

Os conteúdos específicos da tipologia tradicional/moderno variam muito consoante o autor. Como já se referiu, Hoselitz estabelece o contraste entre os dois pólos da dicotomia tendo por base as principais dimensões da distinção entre acção tradicional/acção racional, relevantes no plano do comportamento económico. Dos cinco pares de variáveis-padrão de Parsons, Hoselitz (1963) retém três: atribuição/aquisição, particularismo/universalismo e difusão/especificação (sendo que o primeiro termo de cada par caracteriza o conjunto de normas típicas das sociedades tradicionais). À semelhança de outros autores, Hoselitz utiliza aqueles três pares de variáveis para, fundamentalmente, contrastar os processos de distribuição, acesso e desempenho dos papéis nas sociedades tradicionais e modernas. Em termos mais concretos, pode dizer-se que as variáveis-padrão referenciadas permitem caracterizar uma sociedade em função das possibilidades de mobilidade social (atribuição/desempenho), do alcance do princípio da igualdade formal (particularismo/universalismo) e do grau de divisão do trabalho (difusão/especificação). De forma mais ou menos evidente estas variáveis-padrão constituíram-se como referência a partir da qual diversos autores foram acrescentando um grande número de outras dicotomias, tais como economia natural/economia de mercado, rural/urbano, instituições indiferenciadas/instituições especializadas, grupos primários/grupos secundários, cultura sagrada/cultura secular, personalidade baseada na internalização das normas/personalidade baseada na internalização das normas/personalidade empática... (Levy, 1966).

Paralelamente, ou em alternativa, têm sido propostas tipologias sobre dimensões específicas do contraste entre sociedades tradicionais e sociedades modernas. Apenas dois exemplos: em *The Passing of Traditional Society* (1958), Lerner propõe-nos uma tipologia dos sistemas de comunicação em que são distinguidos dois tipos polares (sistemas orais e sistemas de «mídia» correspondendo, respectivamente, às sociedades tradicionais e modernas) com base em quatro variáveis (canal, audiência, conteúdo e fonte). Por sua vez, Huntington (1968) procurou diferenciar as características políticas das sociedades tradicionais e modernas com base na seguinte tipologia:

FIGURA 2
Sistemas políticos tradicionais e modernos

	Soc. Tradicional	Soc. Moderna	
Autoridade	não racional	racional	
Funções políticas	indiferenciadas	especializadas	
Participação	reduzida	elevada	

Porém, a multiplicação das dimensões e variáveis com base nas quais se delimitavam os tipos sociais polares não se operou sem consequências, das quais importará destacar: (i) a explicitação e reforço da carga de etnocentrismo na configuração das tipologias e, (ii) a perda da sua instrumentalidade. De facto, não só a definição da modernidade recobria, cada vez mais, os traços, específicos imputados às sociedades ocidentais desenvolvidas, como se tornava difícil a utilização de categorias teóricas tão especificadas em pesquisas lidando com uma enorme variabilidade de situações e processos empiricamente observáveis. Por outras palavras, ao procurar alcançar-se uma maior capacidade explicativa, através de uma crescente especificação das categorias teóricas, limitou-se, seriamente, o âmbito de aplicabilidade dos conceitos, prejudicando-se, assim, a sua utilidade para o estudo comparativo das sociedades. Estudo comparativo que era, afinal, o principal objectivo presente aquando da elaboração inicial das tipologias referidas.

Por outro lado, aquela multiplicação de dimensões da tipologia tradicional/moderno, resultando em grande medida dos esforços visando identificar as «variáveis-críticas» do desenvolvimento, processou-se a par e passo com um acentuar da tónica na interdependência funcional entre tais dimensões. No entanto, tal procedimento é metodologicamente criticável pois tende a transformar um ideal-tipo numa generalização empírica. Como foi, argutamente, assinalado por Bendix, «o problema da interrelação causal entre estas dimensões [da estrutura social] é uma questão para a pesquisa empírica que não pode ser substituída por deduções lógicas». É que, no essencial, essas deduções acabam por resultar de generalizações sobre a experiência ocidental. Justifica-se, por isso, a recusa de Bendix em «transformar as duas listagens de atributos pelas quais podemos distinguir tradição da modernidade, em dois sistemas aos quais são imputadas certas propriedades». Contesta-se, desta forma, a legitimidade de uma operação na qual «um conjunto de atributos isolados, ou isoláveis, é transformado em tendências estruturais de uma colectividade», pois, tal procedimento, conduzindo a uma «reificação» das categorias teóricas (Bendix, 1967:318), desemboca numa quase irresistível «tentação de violentar a realidade para consolidar a validade efectiva da construção da realidade» (Weber, 1904:96).

2.2 Reconstruções

Não admira, pois, terem sido os autores mais preocupados com a análise da variabilidade dos processos de modernização quem procurou renovar os modos de distinção entre formas sociais tradicionais e modernas. Essa renovação recobriu quatro níveis fundamentais.

Em primeiro lugar, à tipologia tradicional/moderno foi atribuída a função de organização da pesquisa e não de reconstituição teórica das realidades observáveis. Esse passo implicou abandonar a pretensão de delimitar

tar, *a priori*, quer as relações entre as variáveis de cada ideal-tipo, quer as relações entre cada par de variáveis da dicotomia (Bendix, 1967). Ou seja, procurou acautelar-se a possibilidade de dar conta de formas muito diversas de articulação entre os elementos da tradição e entre os elementos da modernidade, bem como de uns com os outros, abandonando-se, assim, os pressupostos de que tradição e modernidade são sistemas com elevado grau de interdependência funcional e que os atributos de um e outro tipo são mutuamente exclusivos entre si. Simultaneamente, realçou-se a necessidade de analisar as transformações ocorridas em cada uma das dimensões da estrutura social seleccionadas para o estudo dos processos de modernização, tanto como mudanças de grau como enquanto mudanças de tipo. Porque convêm ter presente, tal como Bendix faz questão de lembrar, que as sociedades «variam não só no grau como no tipo do seu universalismo ou particularismo» (1967:314)⁵.

Em segundo lugar, o esforço analítico orientou-se no sentido de encontrar um eixo conceptual capaz de possibilitar a intelegibilidade dos processos em estudo e que transcendesse a construção das tipologias. Desta forma, a modernização foi definida com recurso a vários termos, todos eles, designando o que se entendia ser o traço comum das múltiplas transformações em curso. Dessa nova orientação são exemplos, entre outras, as noções de secularização (Germani, 1962), racionalização (Moore, 1977) ou expansão do controlo racional, pelo homem, do seu ambiente físico e social (Schwartz, 1972)⁶. No entanto, é em textos de Smelser e Eisenstadt que se encontram as hoje em dia mais conhecidas conceptualizações da modernização. Em Smelser (1963), modernização significa, no essencial, um processo de crescente diferenciação estrutural conseguida através do estabelecimento de unidade estruturais especializadas e da integração dessas unidades por via do desenvolvimento de novas estruturas de coordenação. Na linha desta formulação, mas conferindo-lhe uma maior clarificação, Eisenstadt (1966) define modernização, no plano teórico, como um processo de diferenciação estrutural e de criação de instituições capazes de absorver, continuamente, mudanças sociais diversas⁷.

Em terceiro lugar, o conceito de modernidade é complexificado por virtude da introdução, na sua definição, de uma dimensão histórica. Disso nos apercebemos quando, muito claramente, Bendix afirma ser a modernização algo que se encontra referido «a um tipo de mudança social originado na revolução industrial inglesa de 1760-1830, e na revolução política em França de 1789-1794» (1967:329). Por sua vez, Eisenstadt realça que, historicamente, a modernização é o processo de mudança para os tipos sociais característicos da Europa Ocidental e América do Norte, zonas onde tal processo se iniciou e a partir das quais se difundiu (1966:11)⁸. Com estas tentativas de situar historicamente os processos de mudança em curso, não só se introduz na problemática da modernização um elemento de novidade (o problema da colocação das sociedades transacionais num contexto internacional), como se reforçou a impossibilidade de deduzir os requisitos

da modernização dos atributos da modernidade ou, das sequências históricas da «transição original»⁹.

Finalmente, verificou-se uma preocupação em articular as definições compreensíveis de modernização com a construção de múltiplas tipologias de alcance limitado. E isto porque, se aquelas definições são úteis, é preciso não esquecer que o que é verdadeiro acerca de todos os processos de modernização não é, pela mesma razão, muito esclarecedor sobre cada um deles. Daí a construção de várias tipologias com um âmbito de aplicação relativamente limitado, mas de extrema utilidade pois «a construção de vários modelos é preferível a qualquer tentativa para forçar todos os tipos de mudança social no leito de Procrusta da experiência europeia» (Bendix, 1967:323).

2.3 Questionamentos

Saliente-se, no entanto, que o uso da tipologia tradicional-moderno, mesmo com muitas rectificações, é, de facto, de reduzida valia, em termos heurísticos, para o estudo das sociedades subdesenvolvidas (ou em modernização). Tal acontece porque aquele tipo de tipologia dificilmente permite diferenciar as formas sociais em estudo: subdesenvolvimento/desenvolvimento. Expliquemo-nos. Afirma-se que as sociedades subdesenvolvidas se caracterizam pela existência de combinações muito diversas entre formas modernas e tradicionais, combinações essas não residuais pois aquelas sociedades situam-se em posições intermédias do *continuum* evolutivo. Contudo, o uso daqueles tipos-polares permite, apenas, a definição dos pontos extremos desse *continuum*. Dizer que todos os restantes tipos societais existentes se definem como transicionais, para além de muito vago, não faz qualquer sentido pois uma transição de longa duração é uma contradição nos termos (Bendix, 1967).

A utilização da tipologia tradicional/moderno constitui-se, deste modo, como um artifício para lidar com situações muito variadas. As consequências desse artifício são certamente assinaladas por Donald Tipps. Sustenta este autor que na «definição de qualquer conceito ou conjunto de conceitos há uma tensão constante entre os requisitos lógicos da comparabilidade e os da explicação, os primeiros forçando na direcção de uma crescente generalidade com o objectivo de estender os limites de aplicabilidade dos conceitos ao maior número de casos e os segundos na direcção oposta, para uma crescente especificidade que aumente a sua capacidade de discriminação [sendo que] os teóricos da modernização optaram por resolver esta tensão na primeira direcção» (1973:217-218). Porém, com esta estratégia, há o risco de, na análise das sociedades subdesenvolvidas, se ficar reduzido a duas possibilidades dificilmente sustentáveis: ou um empirismo extremo, ou o etnocentrismo mais radical. No primeiro caso, é-se conduzido a uma descrição e interpretação arbitrarias do significado das combi-

nações empiricamente observáveis entre pares de variáveis-padrão, interpretações essas diferentes de autor para autor, não se dispondo, porém, de « nenhuns meios teóricos para, seriamente, avaliar as suas respectivas conclusões » (Taylor, 1979:39). A outra alternativa consiste em utilizar a história da civilização europeia como referência sistemática para uma interpretação das situações analisadas. Contudo, uma « tal abordagem cai na aplicação da teoria evolucionista a períodos de tempo muito curtos apesar dos avisos de sempre de que tal [aplicação] é altamente questionável, mesmo na perspectiva evolucionista » (Bendix, 1967:310-311). Por outro lado, e como já foi assinalado, esta solução dificilmente é compatível com os requisitos de comparabilidade exigidos nos estudos de modernização. Encurralados entre o empirismo extremo e o etnocentrismo mais exacerbado, a única saída, para alguns autores, passou pela construção de vários modelos analíticos com um campo de aplicabilidade mais limitado, não sendo esses modelos, porém, dedutíveis dos tipos populares. Assim, foi em grande parte « através das tentativas para explicar esta variabilidade [das sociedades transicionais] que o modelo paradigmático da modernização foi sendo gradualmente minado » (Eisenstadt e Curelaru, 1977:26)¹⁰. Mas não completamente, pois faltou um questionamento aprofundado e sistemático sobre a selecção dos itens constitutivos dos tipos polares. Ora, e como foi assinalado por vários autores (Bendix, 1967; Nisbet, 1978), a definição dos termos tradicional e moderno, enquanto antinomias analíticas básicas, remonta aos combates políticos e ideológicos que acompanharam a emergência do capitalismo industrial nas sociedades europeias. Nas imagens de tradicionalidade e modernidade, então elaboradas, estavam presentes, em simultâneo, elementos do discurso conservador e do discurso revolucionário da época, quer sobre a ordem social do passado, quer sobre a nova ordem em gestação. Tais elementos constituíam, obviamente, uma representação caricatural dos preferentes empíricos da discussão. No entanto, e surpreendentemente, aquelas imagens ainda hoje suportam, em grande medida, a selecção dos itens que definem os principais eixos de comparabilidade das formas sociais.

A problemática do atraso e a tipologia tradicional/moderno são, ainda, de pouca utilidade para explicar as razões porque « somente o mundo moderno está assistindo à emergência de um tipo de sociedade radicalmente diferente de todos os que a precederam, (...) e a um ritmo de transformação cuja rapidez já não se mede — como no passado — por séculos, e sim por anos (...). Esta mudança tem outras características inusitadas na história da espécie: abarca todas as regiões do planeta e todos os grupos sociais, todos os indivíduos » (Germani, 1962:124 — sublinhado nosso). Ou para explicar por que motivos « a busca da modernização económica e do crescimento contínuo oferece um elemento de unidade mundial até então inexistente » (Moore, 1965:13 — sublinhado nosso). É esta relativa convergência dos processos de mudança, e não o facto de haver mudança, que se torna necessário explicar, pois « a mudança é característica intrínseca de to-

das as sociedades», mesmo das tradicionais (idem:27). Por outras palavras, o que pode especificar a situação das sociedades subdesenvolvidas de hoje não é tanto a mudança mas o desenvolvimento. A mudança social pode, perfeitamente, ser «inteiramente centrípeta, não cumulativa e não direcciona», enquanto o desenvolvimento só ocorre quando «a mudança se torna centrífuga, contínua, cumulativa e direcciona» (Zentner, 1979:34-35). Ora, com a tipologia tradicional-moderno, e a problemática do atraso, em lugar de se destacar a originalidade do processo de convergência no mundo contemporâneo (originalidade essa reconhecida, aliás por alguns dos próprios autores da modernização), dilui-se o seu significado numa perspectiva evolucionista global. Tal diluição acarreta consigo consequências decisivas.

Em primeiro lugar, torna-se muito difícil dar conta do leque de possibilidades de mudança nos países em modernização. A variabilidade dos processos de transição opõe-se uma convergência não problemática quanto ao destino da modernização¹¹. Como foi assinalado por Goldthorpe, defender a existência de uma tal convergência só é possível com base numa perspectiva marcadamente tecnocrática e funcionalista, pois «o objectivo último das sociedades industriais é considerado como dado: manter o avanço económico com base numa ciência e tecnologia dinâmicas, ajustando, *ad hoc*, o sistema social existente aos requisitos e consequências desse avanço, de forma suficiente para conter dissensões e conflitos sociais a um nível susceptível de gestão». Em consequência, «o estatuto da política, tanto no plano teórico como no prático, é efectivamente reduzido a questões de natureza instrumental (...). Questões de ordem muito diferente, respeitando os fins da acção política (...) tendem, nesta perspectiva, a ser considerados apenas em termos residuais ou, mesmo, a desaparecer» (1971:275-276).

Em segundo lugar, fica-se impossibilitado de formular explicações convincentes sobre os motivos por que sociedades com pontos de partida tão diferenciados são, subitamente, incorporados num mesmo processo de mudança. Por outras palavras, por que razão a chamada difusão da modernidade, a partir das sociedades europeias, teve um impacto tão forte sobre as dinâmicas das sociedades definidas como pré-modernas. A resposta a esta questão terá, necessariamente, de passar por uma análise mais minuciosa das relações entre sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. A ausência de uma tal análise revela, com clareza, que uma das principais limitações das Teorias da modernização reside no efeito de fechamento do campo de análise resultante da adopção de uma perspectiva evolucionista. De facto, o modelo de mudança endógena, característico de tal perspectiva, exclui o centramento da análise nas referidas relações. Centramento que constitui, todavia, o cerne das principais abordagens alternativas sobre o subdesenvolvimento: as teorias da dependência.

NOTAS

¹ A problematização do subdesenvolvimento como atraso não é exclusiva das teorias da Modernização, antes está presente em todas as perspectivas evolucionistas, embora com conteúdos diversos. Recorde-se, por exemplo, a caracterização do subdesenvolvimento latino-americano com base na persistência de relações semi-feudais na agricultura desenvolvida, nos anos 50, por autores marxistas (Mantega, 1984).

² Muitos autores têm apresentado as Teorias da Modernização com uma especificação da teoria estruturo-funcionalista no domínio dos estudos do desenvolvimento, sendo disso exemplar o caso de Gunder Frank. As relações entre teorias da modernização e estruturo-funcionalismo são, no entanto, bem mais complexas (Martins, 1974:288). Nomeadamente, dever-se-á distinguir entre autores para os quais o estudo da modernização constitui um momento na abordagem do processo geral de evolução sócio-cultural (caso de Parsons), dos autores que, especialmente interessados no estudo dos fenómenos do subdesenvolvimento, utilizam, reformulando-a, a perspectiva estruturo-funcionalista (caso de Eisenstadt).

³ Um processo de regressão não deve ser entendido como um restabelecimento das instituições sociais pré-existentes (um «regresso ao passado»). No sentido que lhe foi atribuído por Eisenstadt (1964), regressão significa uma transformação que desemboca numa redução do nível de adaptabilidade sistémica (retrocesso evolutivo).

⁴ As dificuldades de utilização de dicotomias polares no estudo de situações intermédias (transicionais) têm sido, em geral, superadas de duas formas. Nuns casos, criando-se tipologias sobre as fases da transição. São deste tipo as célebres cinco etapas do crescimento económico de Rostow (1959) — sociedade tradicional, pré-condições para o arranque, arranque (*take-off*), marcha para a maturidade, e era do consumo de massa. Numa perspectiva mais sociológica podem citar-se as três fases de modernização propostas por Black (1976) — consolidação de uma liderança modernizadora, transformação económica e social, e integração da sociedade. Estes modelos teóricos devem ser distinguidos de reconstituições, *post-factum*, de sequências históricas da modernização em contextos específicos. É deste género a tipologia das «etapas na modernização económica, social e política da América Latina» construída por Germani (1969). Uma segunda forma de eliminar os problemas associados ao uso de dicotomias polares consiste, muito simplesmente, em abandonar aquele tipo de instrumentos e enveredar pela construção de tipologias evolutivas mais discriminadas. Embora sem grandes tradições nas teorias da modernização, foi uma solução tentada por alguns autores — ver, por exemplo, a tipologia de G. Sjoberg (1952) na qual, à distinção *folk*/urbano de Redfield, é acrescentado o tipo intermédio de «sociedade feudal». Este género de tipologia está, aliás, mais próximo das orientações dos teóricos neo-evolucionistas, como é o caso de Parsons (1966) que identifica três estádios de evolução sócio-cultural das sociedades — primitivo, intermédio e moderno.

⁵ A ideia de que a evolução implica diferenças de grau e de espécie está já bem estabelecida na própria sociologia clássica. Sobre este assunto vale a pena recordar as críticas de Durkheim (1895) a Comte sobre as «regras relativas à constituição de tipos sociais». Aliás, é curiosa a forma simplificadora, e muitas vezes «perversa», como são recuperados os contributos dos fundadores da sociologia em algumas das versões mais rudimentares das Teorias da Modernização. No caso de Durkheim, por exemplo, retém-se a forma como este autor concebe a evolução enquanto sucessão de mudanças por diferenciação conduzindo a uma crescente complexificação dos tipos sociais. Mas omite-se, para melhor servir a tese da convergência, que, para aquele autor, as possibilidades de variação tendem a aumentar quando se avança no processo evolutivo, «pois quanto mais uma coisa é complexa, mais as partes que a compõem podem formar combinações diferentes» (Durkheim, 1895:76).

⁶ Quando se pretende referenciar as influências teóricas presentes nas Teorias da Modernização é frequente chamar a atenção para o facto de a tipologia tradicional/moderno incorporar, entre outras, as dicotomias elaboradas por Tönnies (comunidade/sociedade), Redfield (*folk*/urbano), Durkheim (solidariedade mecânica/solidariedade orgânica) ou Weber (acção tradicional/acção racional). Convirá, no entanto, ter presente algumas diferenças entre aquelas dicotomias. Assim, no caso das duas primeiras pretende reunir-se, na definição

dos tipos sociais polares, um conjunto de traços da estrutura social — pelo que são grandes as semelhanças entre tais dicotomias e as formulações clássicas da tipologia tradicional/moderno. Já as dicotomias propostas por Durkheim e Weber têm como principal função a identificação de um eixo conceptual de interpretação das diferenças observáveis. É mais nesta última perspectiva que se inserem as tentativas de renovação da problemática da modernização.

⁷ Nas versões de Eisenstadt e Smelser, as Teorias da Modernização são conceptualmente estruturadas com base no núcleo da perspectiva funcionalista-evolucionista. Nomeadamente, são retidos o que Smith (1973) define como sendo os três postulados centrais do neo-evolucionismo: diferenciação, reintegração e adaptação. Ou seja, as sociedades modernizam-se na medida em que se desenvolvem novas unidades estruturais mais especificadas (diferenciação) coordenadas por novos mecanismos (reintegração) com uma maior capacidade reguladora (adaptação acrescida). Contudo, o postulado da adaptação é utilizado em Eisenstadt com limitações tais que, em grande medida, alteram o seu estatuto e funções originais.

⁸ Posição semelhante é perfilhada por Parsons (1966 e 1971). Para este autor, a diferença fundamental entre os processos evolutivos sociais e orgânicos reside no facto de, no caso dos primeiros, ser possível a difusão dos modelos culturais de uma sociedade para a outra, tanto no tempo como no espaço, principalmente desde a emergência da escrita. Assim, para Parsons, os modelos centrais de organização das sociedades modernas têm uma origem histórica comum, ou seja, as sociedades europeias ocidentais. O desenvolvimento de novas sociedades modernas incorpora essas características básicas como resultado da sua difusão a partir das sociedades já modernizadas (Parsons, 1971).

⁹ Por virtude de as Teorias da Modernização se terem fundado numa perspectiva na qual a mudança é entendida enquanto processo endógeno, concluiu-se, muitas vezes, e de forma abusiva, não ser possível analisar, com base naquele quadro teórico, a dimensão internacional dos processos de modernização. Porém, e como já foi salientado, «é um erro (...) pensar no paradigma da endogenia como algo que acentua os factores internos com exclusão de todos os outros. A oposição entre os dois modelos [mudança endógena/mudança exógena] não é, simplesmente, uma oposição entre factores internos e externos, entre sistema e ambiente, mas entre os modos de relacionar aqueles dois conjuntos de factores, e sobre o seu estatuto teórico. De acordo com o paradigma da endogenia, os factores externos são apenas estímulos; o interesse teórico está centrado na reacção do sistema» (Smith, 1973:150). Um bom exemplo de uma análise das dimensões internacionais do processo de desenvolvimento, elaborada no âmbito das Teorias da Modernização, pode ser encontrada em Levy (1966).

¹⁰ O desenvolvimento da investigação sobre as sociedades em modernização, chamando a atenção para a sua variabilidade, teve efeitos importantes não só sobre as Teorias da Modernização mas, também, sobre a própria matriz teórica de referência, o estruturo-funcionalismo. Esses efeitos foram, em geral, de dois tipos. Por um lado, procurou proceder-se a pequenos ajustamentos na referida matriz teórica. É neste sentido que se enquadram, por exemplo, dois conceitos propostos por Wilbert E. Moore (1965:107-108): o princípio da capacidade de substituição estrutural, delimitando a possibilidade de as necessidades funcionais de uma dada sociedade poderem ser satisfeitas por mais de um método; e o princípio da variabilidade autónoma, com o qual se procura relativizar os efeitos da interdependência funcional dos elementos dos sistemas sociais. Por outro lado, autores houve que, tendo como objectivo central a análise dos processos de modernização, foram conduzidos a um progressivo questionamento da matriz teórica original como foi, por exemplo, o caso de Eisenstadt. De facto, este autor «modifica consideravelmente o seu quadro teórico neo-evolucionista. Os interesses dos grupos recebem muito mais atenção que a possibilitada pela maioria dos modelos funcionalistas. Há, também, algum alcance para o limitado exercício de escolha por parte de indivíduos em posições-chave» (Smith, 1973:49). Já depois de a crítica de Smith ter sido publicada, a posição de Eisenstadt evoluiu no sentido de um ainda maior afastamento da perspectiva estruturo-funcionalista, nomeadamente a partir da obra *Revolução e a Transformação das Sociedades* (1978).

¹¹ A construção da tipologia tradicional/moderno é, em geral, organizada com base na tese da convergência. De facto, é através da definição inicial de modernidade que, por oposi-

ção, ou pela negativa, se processa a selecção dos elementos caracterizadores da tradição. Desta forma, a categoria «tradicional» tem, como o salienta Henry Bernstein (1979), um estatuto residual. Assim se produzem, porém, efeitos de fechamento sobre o campo de análise, visto ficar irremediavelmente prejudicada a possibilidade de dar conta de situações não redutíveis às configurações da modernidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENDIX, R. (1967), «Tradition and Modernity Reconsidered», *Comparative Studies in Society and History*, 9 (3), pp. 292-346.
- BERNSTEIN, H. (1979), «Sociology of Underdevelopment versus Sociology of Development?» in: Lehmann [ed.] (1979), *Development Theory*, Londres, Frank Cass, pp. 77-106.
- BLACK, C. E. [ed.] (1976), *Comparative Modernization*, Nova Iorque, The Free Press.
- BOCK, K. (1978, 1980), «Teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução» in: Bottomore e Nisbet [eds.] (1978, 1980), *História da Análise Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 65-117.
- DURKHEIM, E. (1895, 1972), *As Regras do Método Sociológico*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- EISENSTADT, S. N. (1964, 1970), «Breakdowns of Modernization» in: Eisenstadt [ed.] (1970), *Readings in Social Evolution and Development*, Oxford, Pergamon Press, pp. 421-452.
- EISENSTADT, S. N. (1966, 1969), *Modernização: Protesto e Mudança*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- EISENSTADT, S. N. (1978, 1979), *Revolução e a Transformação das Sociedades*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- EISENSTADT, S. N. e CURELARU, M. (1977), «Macro-sociology: Theory, Analysis and Comparative Studies», *Current Sociology*, 25 (2).
- FIGUEIREDO, A. M. e COSTA, C. S. (1982), *Do Subdesenvolvimento*, vol. 1, Porto, Edições Afrontamento.
- GERMANI, G. (1962, 1967), «Análise da Transição», in: Costa Pinto & Bazzanella [eds.] (1967), *Teoria do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 124-190.
- GERMANI, G. (1969, 1974), *Sociologia da Modernização*, São Paulo, Editora Mestre Jou.
- GOLDTHORPE, J. (1971), «Theories of Industrial Society: Reflections on the Recrudescence of Historicism and the Future of Sociology», *Archives Européennes de Sociologie*, XII, pp. 263-288.
- GUSFIELD, J. (1967, 1971), «Tradition and Modernity: Misplaced Polarities in the Study of Social Change» in: Finkle e Gable [eds.] (1971), *Political Development & Social Change*, Nova Iorque, John Wiley & Sons, 2.ª ed., pp. 15-26.
- HOSELITZ, B. (1963), «Les principaux concepts de l'analyse des répercussions sociales de l'évolution technique» in: Hoselitz e Moore [eds.] (1963), *Industrialisation et Société*, Paris, Mouton, pp. 9-28.
- HUNTINGTON, S. (1968, 1975), *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária/Editora da Universidade de São Paulo.
- LERNER, D. (1958, 1964), *The Passing of Traditional Society*, Nova Iorque, The Free Press.
- LEVY, M. J. (1966), *Modernization and the Structure of Societies*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- MANTEGA, G. (1984), *A Economia Política Brasileira*, São Paulo, Livraria e Editora Polis / Petrópolis, Editora Vozes.
- MARTINS, H. (1974), «Time and theory in sociology» in: Rex [ed.] (1974), *Approaches to Sociology*, London, Routledge & Kegan Paul, pp. 246-294.

- MOORE, W. E. (1977), «Modernization as Rationalization: Processes and Restraints», *Economic Development and Cultural Change*, 25, Supplement, pp. 28-42.
- NISBET, R. A. (1978, 1980), «Conservantismo» in: Bottomore e Nisbet [eds.] (1978, 1980), *História da Análise Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- PARSONS, T. (1966, 1969), *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- PARSONS, T. (1971, 1974), *O Sistema das Sociedades Modernas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- ROSTOW, W. (1959, 1978), *Etapas do Desenvolvimento Económico*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SCHWARTZ, E. (1972), «The Limits of Tradition versus Modernity as Categories of Explanation: The Case of the Chinese Intellectuals», *Daedalus*, 101 (2), pp. 71-88.
- SJOBORG, G. (1952, 1971), «Folk and 'Feudal' Societies» in: Finkle e Gable [eds.] (1971), *Political Development & Social Change*, Nova Iorque, John Wiley & Sons, 2.ª ed., pp. 6-14.
- SMELSER, N. J. (1963, 1965), *Sociologia de la Vida Económica*, México, Union Tipografica Editorial Hispano Americana.
- SMITH, A. D. (1973), *The concept of social change: A critique of the functionalist theory of social change*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- TAYLOR, J. (1979), *From Modernization to Modes of Production*, Londres, Macmillan.
- TIPPS, D. (1973), «Modernization Theory and the Comparative Study of Societies: A Critical Perspective», *Comparative Studies in Society and History*, XV, pp. 199-226.
- TONNIES, F. (1887, 1979), *Comunidad y Association*, Barcelona, Ediciones Peninsula.
- WEBER, M. (1904), «A Objectividade do Conhecimento nas Ciências e na Política Sociais», in: Weber (1977), *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 7-111.
- ZENTNER, H. (1979), «Prolegomena to a Theory of Socio-Cultural Change and Development: Toynbee's Challenge-Response Hypothesis Revisited», *Indian Journal of Social Research*, 20 (1), pp. 28-35.